

antes, um diploma de mestre. Nesse modelo, o título de doutor só é alcançado muitos anos depois da graduação, num período que pode ser considerado bastante longo. Os dados obtidos pela pesquisa indicam que o típico estudante de doutorado começa seu curso, em média, nove anos depois de ter concluído sua graduação. Embora esses prazos variem bastante, de seis anos na Física a 13 anos na Administração, em qualquer caso eles são bem superiores aos vigentes em países cientificamente centrais, o que sugere desafios a serem superados.

Outra ilustração dos resultados da pesquisa refere-se à percepção que os titulados têm quanto à relevância de sua formação, tendo em vista o trabalho que realizavam na ocasião da entrevista. Interessava saber, por exemplo, se os egressos que são docentes universitários avaliam sua formação do mesmo modo que os demais, que exercem outras atividades profissionais. Os doutores, que geralmente integram os quadros de universidades e de instituições de pesquisa, tipicamente estão satisfeitos com a relevância de sua formação. Já entre os mestres, que em geral também têm percepções positivas sobre sua formação, constataram-se nitidas diferenças. Em algumas áreas, as percepções quanto à relevância da formação em pesquisa diferem acentuadamente entre os docentes universitários e os que estão em empresas ou no serviço público. Considerando que, nestas áreas, expressivas proporções dos mestres não atuam na universidade, nem seu provável destino profissional é, no futuro, o doutorado ou a atividade acadêmica, os dados sugerem que a formação em pesquisa não estaria tão bem sintonizada com o mundo do trabalho, e que a estrutura curricular desses mestrados poderia se beneficiar de abordagens adicionais às que são atualmente adotadas. Quanto a essa interpretação, há, no entanto, boa dose de divergência entre os autores do volume.

De todo modo, espera-se que os dados obtidos e as análises apresentadas no primeiro volume de *A Pós-Graduação no Brasil* venham estabelecer novas bases para o debate sobre a pós-graduação brasileira, provavelmente permitindo

vislumbrar novas perspectivas para a continuada melhoria de sua qualidade.

## **FORMAÇÃO NO PAÍS OU NO EXTERIOR? DOCTORES NA PÓS-GRADUAÇÃO DE EXCELÊNCIA**

Jacques Velloso (org.)

Brasília: Capes, Unesco, 2002. 260p.

A pesquisa comparou distintas trajetórias de formação de cientistas com perfis de atuação acadêmica de docentes da pós-graduação. As populações estudadas abrangeram o corpo docente dos melhores programas de pós-graduação brasileiros em quatro áreas do conhecimento: Bioquímica, Engenharia Elétrica, Física e Química. O estudo valeu-se de dados primários, associados a dados secundários disponíveis na Capes, enviados a essa agência pelos programas de pós-graduação, a cada ano, para fins de avaliação. Os dados primários foram obtidos mediante amostras integradas pelos docentes que responderam a questionários enviados pela internet no ano 2000. A pesquisa foi coordenada por Jacques Velloso, com a colaboração de Bráulio Matos, ambos do Núcleo de Estudos sobre Ensino Superior da Universidade de Brasília – Nesub/UnB – e contou com uma rede de cinco grupos de pesquisa, tendo sido apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior – Capes –, em convênio com a Unesco.

Estudos anteriores sobre a questão, no Brasil, envolveram bioquímicos, químicos e físicos com elevada produção bibliográfica ou destacada contribuição para o conhecimento em suas respectivas áreas. Nesses estudos, considerando as trajetórias de formação dos cientistas pesquisados, o bom padrão científico de diversos programas pós-graduados no país, assim como problemas relativos a custos de formação e outras variáveis, sugeriu-se que era necessário rever as políticas de bolsas de estudo, então estimuladas pelas principais agências de fomento brasileiras. As políticas alternativas, sugeridas nesses estudos, deveriam enfatizar a concessão de bolsas para pós-douto-

ramentos no exterior, ao passo que a concessão de bolsas para doutorados em universidades estrangeiras deveria ser feita apenas em circunstâncias muito específicas.

Vários dos resultados da pesquisa relatada no livro parecem desafiar o argumento subjacente àquelas propostas de políticas alternativas. Nessa pesquisa, em cada uma das quatro áreas do conhecimento estudadas, foram feitas comparações entre trajetórias de formação e estilos de atuação acadêmica, para docentes seniores e para professores mais jovens. Os resultados mais interessantes referem-se às comparações entre dois grupos de docentes seniores, todos com pelo menos um estágio pós-doutoral no exterior – geralmente em universidade de nação cientificamente central. Um desses grupos era composto pelos professores que se titularam como doutores no país e, o outro, pelos que obtiveram seu Ph.D. no exterior. Na Física, considerando-se os periódicos que haviam sido classificados, pelo *qualis* da área, na categoria internacional ‘A’, constatou-se que a média anual de artigos publicados pelo segundo grupo era significativamente mais elevada que a do primeiro grupo. Nessa e noutras áreas, verificaram-se também diferenças quanto a atividades de cooperação científica no plano internacional. Na Engenharia Elétrica, na Física e na Química, observou-se que a co-autoria de artigos com colegas de universidades estrangeiras era significativamente maior entre os docentes do segundo grupo.

A participação em redes internacionais apresentou, igualmente, diferenças entre os dois grupos. Na Bioquímica e na Física constatou-se que, no segundo grupo, havia uma proporção maior de pesquisadores que participavam de comitês assessores de agências de fomento internacionais, estatística importante. Do mesmo modo, encontraram-se diferenças significativas quanto à participação em comitês editoriais de periódicos indexados. Na Bioquímica e na Química essa participação favoreceu, ainda uma vez, aquele grupo de profissionais que havia obtido seu Ph.D. em universidade no exterior e havia seguido estágio pós-doutoral também no exterior.

Na interpretação desses resultados, há algumas divergências entre os autores do livro, mas a evidência obtida seguramente contribuirá para lançar nova luz sobre o debate quanto a políticas de bolsas e padrões de formação dos cientistas brasileiros.

## CATÓLICOS RADICAIS NO BRASIL

Emanuel de Kadat

João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003. 412 p.

É pena que tenha demorado mais de 30 anos para a publicação, em português, deste precioso estudo feito por Emanuel Kadat sobre a atuação do Movimento de Educação de Base – MEB – no Brasil, nos idos de 60, cujo livro foi inicialmente lançado em Londres, pela Oxford University Press, em 1970.

O texto documenta extensamente a atuação do movimento antes e durante o regime militar, fazendo uma análise acurada do papel social e político desempenhado por esse segmento da Igreja Católica nos tempos da renovação empreendida no papado de João XXIII. Era o período da opção preferencial pelos pobres, ideal com que o MEB se comprometeu, ao mesmo tempo em que agregou outros ideais ao trabalho que terminou por desenvolver, tais como a exigência da participação e a não-diretividade.

Na visão retrospectiva apresentada no prefácio da tradução brasileira, o autor tece considerações acerca da permanência de algumas pedras de toque da ideologia do MEB. Chama a atenção para a idéia de participação, que terminou por fluir das bases até a cúpula das instituições e se estendeu para o mundo, a ponto de ser adotada hoje, pelo menos no plano da retórica, até pelas agências multilaterais.

Apesar de tardia, essa publicação merece ser saudada pela contribuição significativa que traz, colocando-a ao alcance dos estudiosos brasileiros da História da Educação e da Educação Popular.